



**AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA
EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA EM SANTA CRUZ DO SUL
(RS).**

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i59.16997>



Luiz Augusto Costa a Campis

Entrevistada - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil

César Hamilton Brito de Goes

Entrevistada - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil

Marco André Cadoná

Entrevistada - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil



Resumo:

Na entrevista, o professor Luiz Augusto resgata sua participação política na construção do projeto de universidade comunitária em Santa Cruz do Sul, desde o período anterior à criação da Universidade, em 1993, e em especial enquanto atuou como Pró-Reitor e Reitor da UNISC. Provocado para a análise dos processos políticos que compreendem as escolhas que a UNISC fez ao longo de sua existência, seus depoimentos indicam a sempre presença de conflitos, decorrentes de concepções diferenciadas de Universidade na própria comunidade acadêmica; mas, também, dos próprios desafios que são colocados para uma experiência universitária comunitária, democrática que, ao mesmo tempo, é condicionada por ambientes externos, tanto relacionados às políticas públicas de ensino superior, quanto da atuação a partir de uma lógica de mercado. Ao final, expressa um sentimento cético em relação à conjuntura atual, em especial no que diz respeito à possibilidade de valorização das ciências sociais na Universidade e na formação universitária.

Palavras-chave:

Universidade Comunitária; Política e Universidade; UNISC; Ciências Sociais e Formação Universitária.

Abstract:

In the interview, the teacher Luiz Augusto rescues his political participation in the construction of the community university project in Santa Cruz do Sul, since the period before the creation of the University, in 1993, and especially while he served as Pro-Rector and

Rector of UNISC. Provoked to analyze the political processes that comprise the choices that UNISC has made throughout its existence, their testimonies indicate the always presence of conflicts, arising from different conceptions of the University in the academic community itself; but, also, of the very challenges that are posed for a community, democratic university experience that, at the same time, is conditioned by external environments, both related to public higher education policies, as well as acting from a market logic. In the end, it expresses a skeptical feeling regarding the current situation, especially with regard to the possibility of valuing social sciences in the University and in university education.

Keywords:

Community University; Politics and University; UNISC; Social Sciences and University Training.

Entrevistadores:

Inicialmente queremos dizer que é uma satisfação contar com sua participação nesse projeto da BARBARÓI. Como nós já conversamos, a proposta dessas entrevistas é fazer uma espécie de balanço do caminho das humanidades no processo de formação universitária na experiência da UNISC. E isso é ainda mais importante nesse momento que estamos deixando de ser Departamento de Ciências Humanas para nos integrarmos com colegas de outras áreas disciplinares na formação do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação. Em princípio pensávamos em entrevistas somente com professores diretamente vinculados ao Departamento de Ciências Humanas. Mas no próprio caminho, na medida em que iniciamos as entrevistas, percebemos a importância de integrar quem assumiu a condição de Reitor/Reitora na história da UNISC. Como não podemos fazer isso com o professor Wilson, o primeiro Reitor, decidimos que republicaremos um artigo que ele escreveu no número zero da BARBARÓI. E realizaremos entrevistas com os demais Reitores, no caso, além de você, os professores Vilmar Thomé e Carmem Lúcia. E as entrevistas que pretendemos realizar têm um roteiro inicial, com o qual pretendemos conduzir nossas conversas. Começamos com um resgate da trajetória pessoal e profissional na UNISC, com uma leitura sobre os diferentes momentos do processo de construção da Universidade. Em seguida pretendemos pensar um pouco o “caráter extensionista” que, de alguma forma, caracteriza a própria experiência das Universidades Comunitárias. E, é claro, tocamos na questão das humanidades na formação universitária, em especial na experiência das universidades comunitárias. Nesse último ponto, pela conjuntura que estamos vivendo, nos parece muito importante uma avaliação dos desdobramentos da reestruturação da UNISC sobre as humanidades. Numa perspectiva mais ampla, essa questão remete à discussão sobre o próprio futuro das instituições comunitárias: é possível garantir, num contexto de crise das universidades comunitárias e crescente pressão do mercado de ensino superior no País, as características de Universidade Comunitária que motivaram a própria criação da UNISC? Em linhas gerais, então, são essas as grandes questões que pretendemos provocar para suas reflexões e, é claro, vamos introduzindo novas questões a partir da própria conversa que teremos. Podemos, então, começar com o resgate de sua inserção e de sua atuação na UNISC?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Bom, a minha relação com a UNISC, com a APESC, ela começa antes da minha entrada como professor. Como professor, eu entrei em julho de 1981, e vou completar, portanto, 40

anos de instituição. Meu pai foi um dos fundadores da APESC, como diretor da escola SENAI, os diretores das escolas eram um grupo importante de pessoas que se juntaram a outras na cidade para fundar as faculdades. Então, eu me lembro por exemplo quando eu ainda estudava na UFRGS (final dos anos 70), eu vinha passar um fim de semana em Santa Cruz. E meu pai, como a APESC era extremamente frágil do ponto de vista financeiro, não tinha muitos recursos, fazia os quadros de graça no SENAI. E nos fins de semana íamos instalar os quadros no antigo prédio da APESC, ali na Oscar Jost. Lembro-me de fazer isso. Mas eu nunca imaginei voltar para Santa Cruz, muito menos trabalhar ali. Para vocês terem uma ideia, a minha família, o meu pai era professor, a geração anterior dele também tinha professora, e a minha irmã mais velha é professora, meu irmão não era, era engenheiro agrônomo mas trabalhava no MEC. Ou seja, a família sempre esteve ligada à educação.

Quando fui fazer Sociologia, logo defini que eu não queria ser professor. Tanto que eu não fiz licenciatura, eu só fiz bacharelado. Eu queria passar longe dessa história de ser professor. Fiz bacharelado, eu queria trabalhar com pesquisa desde o início. E como estudante, já na UFRGS, eu comecei a trabalhar como auxiliar de pesquisa. Na época, comecei trabalhando como auxiliar de dissertações de mestrado. Eu me lembro das dissertações de mestrado na época da UFRGS, em 76, 77, elas tinham 500 páginas. Eram verdadeiras teses, como chamavam, e uma delas sobre habitação popular no Rio Grande do Sul; eu participei, foi a primeira que eu participei como auxiliar de pesquisa da Luiza Helena Pereira. Foi ali que eu comecei a fazer pesquisa e me apaixonei por fazer pesquisa. Como estudante ainda, eu comecei a trabalhar depois no SESI, fazendo pesquisa junto aos trabalhadores da indústria, no Rio Grande do Sul. A gente viajava por todo o Rio Grande do Sul fazendo pesquisa, eu era auxiliar de pesquisa. E quando me formei, eu fui contratado, como pesquisador pelo SESI, e ali fiquei como sociólogo ainda um ano e pouco como pesquisador. E confesso para vocês que foi uma grande decepção, porque os dados que eu levantava, nem todos eu podia publicá-los, por conta que meu chefe e da instituição, que não achavam interessante alguns dados serem publicados. E aquilo me incomodou muito, porque para mim não deveria ter censura sobre dados reais.

Entrevistadores:

Isso foi em que período?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Isso foi em 1980. Em 1980 e no primeiro semestre de 81. Eu me formei no final de 79, eu já era auxiliar de pesquisa, daí logo que eu me formei eles me contrataram como sociólogo. E a decepção foi grande, porque nós não podíamos mostrar alguns dados. E isto me incomodou muito. De tal forma que eu pedi demissão e voltei, aceitei um convite de um antigo professor meu, do Mauá, o professor Ingo Voese, que era naquele momento diretor da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. E ele me convidou para ser professor de Sociologia, porque só tinha um sociólogo aqui. E tinha várias disciplinas de Sociologia; mas esse sociólogo faleceu e eu vim para o lugar dele. Eu era o único sociólogo. Na época, quem dava aula de Sociologia eram outras pessoas, sem formação em sociologia, que tinham formação em pedagogia. Então, essa prática de que sociologia é uma disciplina que pode ser dada pelo pessoal da pedagogia, ela é antiga. Eles tinham essa opção, por possuírem legalmente formação para dar filosofia, sociologia, além das disciplinas específicas da pedagogia, porque a formação oficialmente dá pra eles essa possibilidade, de trabalharem como professores nessas outras

áreas. Então, eu vim pra cá como professor de sociologia e comecei a trabalhar aí em 81, julho de 81. Portanto, agora em julho de 2021 completei 40 anos.

E, então, a visão da instituição era muito diferente na época, eu entrei exatamente no mês em que ela vai se transformar, um mês depois... Ela era faculdades isoladas em faculdades integradas, a FISC. Porque eram separadas: uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a Escola Superior de Educação Física; o curso de Direito; e mais as Ciências Contábeis e Administração, a FACOSUL. Eram 4 que se uniram e formaram, então, a FISC. E ali eu fiquei até o final dando aula, até fevereiro e aí em março eu fui para João Pessoa, morar em João Pessoa e fazer o mestrado em Campina Grande. Bom, já que eu ia ser professor, resolvi, então, fazer logo o mestrado, pois na época a gente tinha pouquíssimos professores com mestrado aqui.

E é isso. Então eu fui para lá, fazer o mestrado e fiquei dois anos, que foram interrompidos por um problema de doença que me acometeu, mas, enfim... Eu tive que voltar sem ter terminado o mestrado, fiquei 82 e 83 lá, e 84 eu voltei para dar aula. E comecei então ali a minha trajetória, vamos dizer assim, além de professor, como um gestor. Em 84 houve uma eleição – ou 85, não estou bem lembrado agora, deixa eu me lembrar, acho que foi no meio de 84 – uma eleição pra chefe de Departamento de Ciências Sociais. E aí eu concorri, teve uma disputa e eu me elegi chefe de departamento. Como chefe de departamento, eu tinha assento no Conselho Universitário, e ali nós começamos uma campanha, junto com outros professores, pelas eleições diretas. Isso em 85. Em 85, a campanha das eleições diretas ali na FISC pegou fogo. A partir de 86 a gente conquistou eleições diretas em 86. Então, foi um momento de construção institucional, a gente participou bastante de buscas de outros modelos universitários. Aí eu já cito desde o início, o modelo que sempre chamava atenção, e alguns professores também se identificaram, que era da UNIJUÍ. Na época, a FIDENE era a instituição comunitária no Rio Grande do Sul, mais progressista, e com trabalhos de extensão muito interessantes, e isso sempre nos atraiu, então foi ali que a gente começou também a estudar modelos de instituição. E eu me lembro que a gente convidou mais adiante alguns professores da UNIJUÍ para virem aqui, entre eles os irmãos Frantz, o Telmo e o Walter, que foram os dois reitores, e eram da sociologia também, vieram trazer a experiência deles aqui para a UNISC. O Walter e o Telmo. Primeiro foi o Telmo e depois o Walter, reitores. A gente não podia criar quase cursos, porque não tínhamos autonomia pra isso, pra criar cursos a gente precisava ser universidade, porque senão o processo era extremamente moroso, demorava muito tempo. E ali, em 86 então, com as eleições diretas, eu participei da chapa com o professor Wilson; o professor Wilson foi candidato a diretor geral e eu a vice-diretor geral, a chapa foi vitoriosa e o principal objetivo de gestão, que a gente perseguiu, foi da busca pela universidade. A gente tinha essa ideia: vamos criar condições pra termos universidade.

Entrevistadores:

Gostaríamos de contextualizar um pouco esse momento. Como ocorreu a eleição sua e do professor Wilson para a direção geral da Universidade? Foi uma única candidatura? Teve disputa?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Sim, teve disputa. Nós éramos vistos como uma chapa de oposição em princípio. Mas é bom explicar um pouco. O professor Wilson, quando eu entrei aqui, ele era coordenador dos cursos de férias, que eram um setor importante da universidade. Porque tínhamos milhares de alunos

nos cursos de férias. E o professor Wilson, por questões internas ali, de disputas internas, ele acabou sendo afastado pelo diretor geral do cargo de coordenador de férias. E ele, evidentemente, não gostou muito dessa situação. Eu me lembro que a professora Maria Hoppe na época, inclusive encabeçou um abaixo-assinado contra a demissão do professor Wilson, porque tudo indicava que ele, além de ser afastado, seria demitido. Estavam sendo colocado, contra ele, algumas acusações de má gestão. Então, a professora Maria encabeçou um abaixo-assinado, o qual eu assinei. Professor Wilson, politicamente, na época, era alguém que era filiado ao PP de Venâncio Aires. Ou seja, ele não era alguém ideologicamente que tinha a mesma posição que nós, mas naquele momento da disputa, como eu me posicionei contra a demissão dele, houve uma aproximação. Nesse ínterim também, naquele momento, se criou o diretório central de estudantes, no qual foi eleito o primeiro presidente, o aluno do curso de História, o Ubiratan Trindade, o “Bira”.

Então, o Ubiratan, que era aluno no curso de História, era funcionário da Emater na época, ele era extensionista da Emater. E ele, com o diretório central, se juntou a um grupo de professores, que era bem pequeno, tinha basicamente meia dúzia de professores, ou quem sabe dez professores no início, no máximo, dentre eles o Paulo Pinheiro Machado. Eu, o Paulo, mais adiante o Valter. Também alguns do Direito, uns três, quatro professores do Direito, que também eram jovens que estavam fazendo mestrado. E a Maria – com essa questão com o Wilson, ela era bem próxima do Wilson, que estava incomodada com o fato de quererem tirar o Wilson – então se juntou também, o próprio Wilson e mais, quem sabe, dois ou três que se juntaram. E, então, esse grupo de mais ou menos dez professores resolveram encabeçar uma chapa. Mas, antes disso, o DCE imaginava que o jovem cabeludo, barbudo e tido como comunista por alguns, que era eu, deveria ser o candidato a diretor geral. E eu disse pra eles: a gente vai jogar fora todo o movimento feito até agora, a gente conquistou as eleições diretas, e se eu for candidato nós vamos perder a eleição. Nós vamos perder a eleição porque eu não tenho a representatividade suficiente entre os professores. Muitos são conservadores, nós vamos perder a eleição, porque eu sou visto como um comunista, como um revolucionário. E aí resolvemos, então, fazer essa composição com o professor Wilson de candidato e apoiá-lo, eu sendo vice, e assim que se formou essa chapa.

Entrevistadores:

Quando você fala “com o professor Wilson”, isso significava “com um grupo”, não é propriamente a pessoa Wilson?

Luiz Augusto Costa a Campis:

É, é o que eu disse, o professor Wilson tinha algumas pessoas que eram mais próximas dele, que estavam ligados ao Departamento, na época, de Ciências. Mas, interessante que o outro candidato, que foi o candidato contra quem a gente concorreu, também era do Departamento de Ciências, que era o professor Edson Oaigen. Então, ali havia uma disputa. O professor Wilson tinha pessoas próximas, como foi dito. A professora Maria era uma delas. Eu acho que a Luci e o Sérgio Schaefer, mais alguns professores, por serem de Venâncio, também eram próximos a ele. Eu teria dificuldade de lembrar, mas tinham algumas pessoas que eram próximas a ele, porque ele também era professor do estado e tinha essa relação com alguns professores. E, bom, essa chapa ela saiu vencedora, amplamente entre os alunos, mas também com uma boa votação entre os professores. Perdemos na APESC na época.

Entrevistadores:

Antes de seguirmos adiante, gostaríamos que nos falasse sobre sua saída do SESI para a UNISC. Naquele momento você já vinha de uma experiência de universidade pública, na UFRGS, e chegou aqui numa experiência universitária diferenciada. Qual foi a impressão que você teve da UNISC naquele momento? Já havia uma discussão sobre a construção de um projeto de Universidade? Ou ainda o ambiente interno era de uma faculdade voltada somente ao ensino?

Luiz Augusto Costa a Campis:

O ritmo era mais de uma faculdade basicamente de sala de aula, mas o professor aquele que me convidou, que era o professor Ingo Voese, ele era um pesquisador da área de Letras. Ele tinha feito mestrado, veio da UNIJUÍ. Ele era daqui de Santa Cruz, mas tinha ido estudar na UNIJUÍ. Ele era um cara que estava preocupado. Ele criou o Centro de Pesquisa em Linguística, que foi depois do CEPA (Centro de Pesquisa Arqueológica), o segundo centro de pesquisa. Ele estava preocupado com isso. E ele se tornou depois diretor geral, ele foi o diretor geral da época, começou ali, inclusive, uma disputa com o Wilson. O Wilson e ele não estavam numa boa relação. Mas ele tinha uma visão de pesquisa. Mas eram poucos, era ele e o Centro de Pesquisa Arqueológico. Então, a visão da pesquisa era muito pequena, mas tinham esses dois grupos, o CEPAL, que a Elizabete Lara fazia parte com ele também. E foram estes os dois primeiros centros de pesquisa que a gente teve na universidade: o CEPA e o CEPAL. E depois, bom, aí começa, na área das ciências havia todo um trabalho que Edson Oaigen, que foi o candidato de oposição fazia extensão na área de ciências naturais. A criação das feiras de ciência isso aconteceu bastante. Então, a extensão começa a se desenvolver um pouco. Mas, a gente, quando ganhamos a eleição, o nosso discurso foi: nós temos que montar rapidamente um grupo pra poder levar a instituição à universidade. Porque o professor Ingo, que era o dirigente anterior, ele já tinha pensado nisso, tanto que ele tinha contratado uma assessora pra ajudar a formular o projeto de universidade aqui em Santa Cruz. E essa assessora era alguém que era funcionária do MEC em Porto Alegre, a nossa futura colega e amiga Suzana Albornoz. E essa professora, ela vinha algumas horas pra cá. Mas o projeto nunca conseguiu ser encaminhado. E aí, quando a gente ganhou a eleição, a gente disse: a nossa grande tarefa vai ser essa. Só que a instituição era extremamente pobre, não tinha recursos. Os professores da faculdade ganhavam metade do que ganhavam os professores do estado, porque os professores do estado, na época, ganhavam bem mais do que ganham hoje. Recebíamos pouco. Eu me lembro de ter ido numa loja fazer uma compra e quando as pessoas me perguntaram “onde é que tu trabalhas?” eu disse “na FISC”, as pessoas me perguntaram “e aonde mais?” A atividade era vista como um bico, professores que iam lá fazer um bico à noite, não era visto como uma profissão. Então, era um momento em que, de fato, eu vim pra cá ganhando metade do que eu ganhava como pesquisador no SESI na época. Mas aí eu entendi, que ser professor me daria uma liberdade que eu não teria em outro lugar na época, ainda mais com o final do governo autoritário, eu podia trabalhar com as minhas ideias.

Então, o que que nós fizemos? Nós começamos a pensar num plano de carreira pra professores, começamos a enviar jovens que estivessem interessados em fazer mestrado pra poder qualificar, porque nós não tínhamos universidade sem ter mestres. Então, muitas pessoas foram fazer mestrado; conseguimos, para alguns, bolsas da CAPES, participamos de um programa de capacitação docente, o PICDT da CAPES que era um plano institucional de capacitação de docentes. Aí a Virgínia foi pra USP, alguns professores do Direito foram pra Santa Catarina, eu fui para Paraíba, enfim. A gente fez um movimento bastante interessante de formar quadros, porque uma grande deficiência aqui era ter pessoas tituladas.

Pesquisa, basicamente, a gente começa, naquela época, a fazer pesquisa no mestrado, antes a gente não fazia ou fazia pouco. Então, o que que aconteceu foi isso, foi uma formação de quadros, ao mesmo tempo buscando ter algum tipo de relação com a prefeitura que nos permitisse ter algum recurso pra começar construir algum prédio. E foi assim que a universidade foi se constituindo. A gente criou um slogan na época, quando a gente criou o grupo pra construir o projeto de universidade, e o slogan que a gente usava era: “Universidade de fato antes de ser de direito”. E a gente, então, começou a propor ações. E eu, desde sempre, me interessei pela extensão. Isso foi uma coisa que me interessou desde o início da minha vida acadêmica. Aliás, esse é um dos grandes problemas que vejo nas universidades brasileiras, ainda hoje, o grau de distanciamento da realidade social. Muitas vezes as pessoas na Universidade ficam num grau de abstração, de alienação tão grande que parece que é uma coisa a parte da sociedade. Isso me incomodou sempre dentro da universidade. Então, quando eu vim pra cá, uma das primeiras coisas que eu fiz, a minha própria dissertação, eu fui trabalhar com grupos daqui, por exemplo, a gente começou trabalhar com grupos de agricultores e também com grupo de trabalhadores da cidade. E aí a gente criou alguns laços com a comunidade, criamos um jornal que mais adiante seria um jornal financiado por uma entidade católica lá da Holanda, a CEBEMO, um jornal intersindical. Criamos um movimento depois, já com a vinda da Irmã Delvina, professora do Departamento de Educação, para fundar as associações de moradores nos bairros de Santa Cruz. Aí, já com a presença da Delvina, em 88, por aí. E eu fui o coordenador, o professor Wilson, além de vice-diretor geral, me deu a incumbência de implantar a extensão na universidade. E como nós não tínhamos pesquisa, poucos pesquisadores, a gente começou pela extensão.

Então, eu fui incumbido de criar algumas coisas, como por exemplo, a editora. Criamos uma editora na universidade para começar a produzir, fui o primeiro editor. E começamos ali, produzindo alguns livros que um e outro professor já tinha, mas basicamente, depois, as dissertações de mestrado dos professores. E começamos dessa forma. Também, além da editora, a criação e incentivo pra formar grupos de extensão. Então, isso aconteceu, como eu falei ali em relação aos trabalhadores, mas também a gente criou outros grupos. Tínhamos um grupo pra trabalhar com professores do estado e com professores do município, para fazer toda essa parte de atualização dos professores. Nas licenciaturas a gente fez bastante isso. Também a ideia de se trabalhar com os agricultores me levou a fazer a primeira pesquisa na universidade que recebeu o financiamento do MEC, mais diretamente do Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, que foi uma pesquisa que eu fiz sobre o anseio dos jovens do meio rural de Santa Cruz. Uma pesquisa feita com os colégios de Monte Alverne, Boa Vista, Rio Pardinho, enfim, uma serie de colégios aqui do interior, pra ver que tipo de ensino eles gostariam de ter.

E aí, na época a gente começou a discutir um projeto de universidade que pudesse contemplar um pouco os anseios dos jovens da região, do meio rural e do meio urbano. Me lembro que na época existia uma ideia, que era uma ideia muito defendida por alguns professores, que eram principalmente professores do estado formados nas antigas escolas normais rurais, que o problema para o desenvolvimento no meio rural era o fato de que nós não tínhamos um ensino apropriado para o meio rural. E o mais interessante é que naquela pesquisa que eu fiz, quem achava isso eram os professores, mas os pais e os alunos do meio rural, eles não achavam isso. A pesquisa respondeu que eles queriam um ensino que pudesse capacitá-los a competir pelos empregos e pudessem sair do meio rural, porque a vida no meio rural era muito dura, eles não queriam continuar plantando fumo. Eles queriam ter empregos, nas cidades, como o jovem da cidade tinha, poder fazer uma faculdade, e não queriam ficar, continuar como

trabalhadores do meio rural. Os pais e os alunos. Mas os professores achavam que eles tinham que ter uma formação específica. Só que os professores do estado e do município não tinham nenhum preparo pra dar aula pra isso, pra formar pessoas preparadas para tocar a pequena propriedade rural, como hoje nós temos a escola agrícola com o modelo da alternância, por exemplo, que tem uma situação diferente. Então, naquele momento a gente discutia muito isso, e foi bem interessante porque foi uma espécie de pá de cal nessa ideia, de que nós tínhamos que preparar os jovens do meio rural só pra ficar no meio rural, quando eles próprios não queriam ficar no meio rural. Naquele momento nós tínhamos ainda, em Santa Cruz e na região, em torno de 40% da população no meio rural, em Venâncio, em Santa Cruz. Foi um momento interessante. Então, a gente começou a trabalhar com esses grupos também.

Entrevistadores:

Naquele contexto histórico, sob o ponto de vista da “comunidade local”, em Santa Cruz do Sul, não havia um consenso acerca de um “modelo de universidade”. Mesmo no interior do poder público municipal, determinadas lideranças nem estavam comprometidas com essa discussão. E internamente, dentre os professores e a gestão da então FISC, havia consenso em torno do que deveria ser um modelo de Universidade?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Na verdade, a comunidade de Santa Cruz, ela participou muito pouco. Não havia essa discussão. A comunidade queria uma universidade, mas não tinha nem ideia de modelo. O que aconteceu foi que num determinado momento, quando a gente ganha a eleição pra direção geral, a presidência da APESC era eleita, como é hoje, pela Assembleia Comunitária, e aí se criou de certa forma uma duplicidade de comando, porque a APESC era comandada por um dirigente que tinha sido colocado pela, vamos chamar assim, pelo *status quo* político de Santa Cruz. O presidente da APESC tinha sido indicado pelo partido que detinha a hegemonia no município. E tinha força junto à Assembleia Comunitária da APESC. E, então, aconteceu que nós fomos num primeiro momento dizendo: bom, quem arrecada tem que ter autonomia para decidir onde locar os recursos. Foi assim que a gente foi colocando um certo freio na influência do status quo político local, dentro da instituição, e mais do que isso, para ser universidade, a universidade precisa ter autonomia, ela não pode ser tutelada por uma outra instituição. Foi esse discurso que a gente fez o tempo inteiro pra poder nos distanciar dessa tutela política, que existia ali naquele momento. Sempre teve uma disputa para o cargo de presidente da APESC. E, naquele momento, quem dominava era um grupo político que estava no comando do município. Então, tinha disputas políticas lá na Assembleia Comunitária para eleição do presidente da APESC. Então, na verdade, o modelo foi um modelo que a gente discutiu muito internamente. Claro que tinha gente, sim, dentro das faculdades, principalmente da FACOSUL, que representava o pensamento que vinha de fora. Mas eles eram, para ficar bem claro, minoritários dentro da universidade. A gente conseguiu uma hegemonia com essa junção dos grupos que vinham dos que estavam representados por mim e pelo Wilson; então, a gente conseguiu aprovar muitas coisas dentro da universidade. Dentro do conselho universitário.

Entrevistadores:

E esse grupo era orgânico em relação à oposição de eleições diretas na época ou não?

Luiz Augusto Costa a Campis:

No primeiro momento eles foram contra, mas aí quando eles viram que no Conselho Universitário isso passou, eles trataram de montar uma chapa e concorrer, que foi a chapa do Edson, que acabou perdendo. Então, nós ficamos com boa parte do Direito, a maior parte do Direito, a maior parte da Filosofia, e eles ficaram com a maior parte, eu acho, da FACOSUL e da Educação Física.

Entrevistadores:

Podemos imaginar o quanto a eleição foi tensa. Inclusive por que a ideia dessa garantia dos professores na instituição, de carreira acadêmica, nada disso estava sendo construído. Na verdade, quem assumiu essa discussão estava sob riscos ...

Luiz Augusto Costa a Campis:

Eu tinha certeza de que se nós perdêssemos as eleições, eu iria ser demitido. Porque eu coordenei a única greve na história da UNISC. Pra conseguir as eleições gerais, nós fechamos as entradas da UNISC, contando com o apoio de um grupo de alunos, durante 3 ou 4 dias. Nós fechamos as entradas. Vocês imaginem isso na época, o que significava. Quando eu fui me apresentar com o professor Wilson pra alguns eleitores da comunidade, como candidato a vice-diretor, teve uma pessoa da comunidade, do conselho superior da APESC que disse: “Mas o que que tu quer? As pessoas não gostam de ti, tu fez greve lá dentro. Tu fechou a faculdade”. Me disseram coisas assim. Então, era um momento extremamente tenso, sim. Foi um momento que a gente botou a cabeça a prêmio, sem dúvida.

Entrevistadores:

Para delimitarmos um período, então, é bem importante frisar que vocês (professor Wilson e Campis) assumem até a criação da universidade. É um período que compreende 1987 até 1993. É isso? É um período de toda a mobilização que ocorreu visando a criação da Universidade? Ou seja, é nesse período que as visões que você coloca, de alguma forma, entram em movimento e buscam consolidação.

Luiz Augusto Costa a Campis:

Sim, elas vão se consolidar. A gente conseguiu uma boa consolidação, como grupo que se propôs a criar a universidade, a conquista da universidade, isto legitimou muito essa nossa atividade, ela deu um respaldo muito grande. Tanto que o professor Wilson foi candidato único nas eleições do primeiro Reitor. E ali ele teve como vice a professora Helga. E, depois, então, eu acabo concorrendo para reitor. Naquele momento, eu não concorri como vice porque eu não tinha o título de mestre, como eu lá no início falei pra vocês. Eu fui fazer em Campina Grande e fiquei doente, fiquei dois meses hospitalizado. E o que aconteceu, eu perdi os prazos da defesa do projeto, estava no hospital, então tive que refazer, reentrar depois, refazer a defesa do meu projeto. Como perdi a bolsa, eu tive que voltar e começar a trabalhar, pois não tinha mais a bolsa para me manter como estudante no mestrado. Acabei me envolvendo com a gestão da instituição. Aí, em 94 eu consegui finalmente fazer a defesa. Foi isso que aconteceu. E eu não pude concorrer como vice porque tinha que ter título de mestre, e a professora Helga concorreu. Daí, na outra eleição eu já tinha o título e então concorri a reitor. E eu me mantive

como pró-reitor de pesquisa e pós graduação e extensão, que era o cargo que eu ocupei na primeira gestão da universidade, antes eu já era superintendente de pesquisa, pós e extensão. Foi aí que a gente lutou, por exemplo, pra constituir o primeiro mestrado, que foi o mestrado em Desenvolvimento Regional. Professor Wilson me deu essa incumbência, me colocou como coordenador do grupo pra implantá-lo. Bom, na verdade disseram assim “cria um mestrado”; não era dito nem qual mestrado, nós que saímos discutindo qual seria o mestrado que iríamos criar. Coordenei também implantação do Polo de Modernização Tecnológica, que foi um projeto que a gente participou a partir de recursos que o governo do estado do Rio Grande do Sul colocava à disposição, num programa estadual de polos, que foi apoiado por diferentes gestões do governo estadual.

Entrevistadores:

Mas, então, as tratativas do Polo eram anteriores à própria criação da Universidade?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Sim. Para nós termos pesquisa, extensão, pós-graduação foi necessário criar um mestrado e um polo tecnológico. E aí montamos esses projetos. E nesses dois projetos atuei como coordenador.

Entrevistadores:

Isso implicou recrutar gente? Ou seja, na sua leitura naquele momento já havia um corpo de professores suficiente?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Olha, por que mestrado em Desenvolvimento Regional? Primeiro porque a gente só tinha meia dúzia de pessoas com mestrado na época, com doutorado só tinha um. Daí começou a vir mais gente com mestrado. Aí fomos pensando, para a gente ter a possibilidade de formar um mestrado, vamos ter que juntar gente de todas as áreas, então vai ter que ser um interdisciplinar. E aí nos perguntamos: “em que que nós somos melhores?” A resposta para a pergunta que a gente se fez foi: “nós somos melhores na relação que a gente tem com a comunidade”, a extensão era forte, “então nós vamos trabalhar com desenvolvimento regional”. Essa foi a nossa ideia, porque as universidades públicas, em geral, tinham especialistas, doutores, com alta capacitação em diferentes áreas, mas com cursos mais especializados, com menos relações com as comunidades. Nós vimos que poderíamos nos destacar por aí. O modelo da UNIJUÍ é um modelo que eu volto a dizer que foi um modelo que nos iluminou.

Era um modelo que a gente se inspirou muito. E eu me lembro também que, em 87, assim que a gente ganhou a eleição, o professor Wilson disse “vai visitar algumas universidades, já que tu vai ser o responsável pela pesquisa e extensão da universidade, vai visitar alguns lugares para trazer para cá ideias que possam nos auxiliar”. E sabe onde a gente foi, além da UNIJUÍ? A gente foi na UNICAMP, que era um modelo de universidade já consagrado no país. O professor Silvio César Arend era um ex-aluno meu, da primeira turma de Economia, e tinha começado um mestrado na UFRGS, ele começou a dar aula aqui também, e convidei ele para ir junto, e foi mais uma professora da Química. A gente foi num grupo de três professores lá, pra ver como é que eles organizavam os grupos de pesquisa e a relação que eles tinham com a

comunidade. Porque a UNICAMP sempre foi muito articulada com a sociedade. Então a gente foi lá. E fomos bem recebidos, nós, uma faculdade do interior do Rio Grande do Sul, estive até com o reitor da época da UNICAMP. E a gente conseguiu ter boas perspectivas de como é que as coisas se organizavam lá e trouxemos algumas ideias pra cá. Como, por exemplo, como iríamos financiar atividades de pesquisa para os nossos professores. Criamos toda aquela regulamentação de dar horas para pesquisa, de dar horas para extensão, comitês de assessores para analisar a pesquisa e a extensão, para qualificar a pesquisa e extensão. Tudo isso foi criado. Nós não tínhamos nada disso. E também recrutamos gente de fora. Além dos jovens que estavam interessados em fazer mestrado, que eram daqui. Porque a gente sempre trabalhou com essa visão. A gente tinha clareza de algumas coisas. Na época os salários não eram tão atraentes, nós tínhamos que trabalhar com gente daqui, pessoas que tinham interesse de ficar aqui, mas também nós tínhamos que trabalhar com gente que já estava pronta de fora pra vir. Então, ali nós, por exemplo, para quando a gente criou o mestrado em Desenvolvimento Regional, o primeiro coordenador foi o professor Reinaldo Adams, professor aposentado na UFRGS, que tinha sido o orientador do professor Silvio lá na UFRGS, no Mestrado em Economia Rural. Trouxemos ele pra cá. E ele trouxe mais dois colegas dele. E aí veio o Denizar, que tinha feito doutorado na UNICAMP. Ou seja, a gente foi juntando pessoas pra poder construir, porque nós, de fato, não tínhamos gente aqui. Tanto que eu vou coordenar o primeiro grupo para implantar o mestrado, e eu só tinha mestrado, eu era um mestre. Vários professores ali no mestrado, no início, só tinham mestrado, não tinham outros títulos (doutorado, pós-doutorado) pra dar aula, a gente não tinha doutorado ainda, poucas pessoas tinham doutorado, doutoramento. Então, foi assim que se constituiu, com busca de pessoas daqui da região, mas também de fora para poder constituir isso aí. E bons colegas nossos, evidente, passaram e foram embora, com aquela ideia também de que “bom, eles eram jovens e queriam ter garantia de futuro, e foram fazer concurso em universidades públicas”. O caso do Paulo Pinheiro Machado é um exemplo concreto de pessoas que vocês conhecem, né, e outros colegas na área do Direito, na área das Ciências Humanas, então, na Sociologia vários passaram aqui e foram fazer seleção fora, vocês conhecem muitos, depois, já na UFRGS, alguns em Pelotas, outros em Rio Grande, em outros lugares, Santa Maria... Que acabaram indo embora por conta dessa questão de que a universidade comunitária nunca foi muito vista como uma garantia de futuro.

Entrevistadores:

Naquele período, então, se constitui o departamento anterior ao departamento de Ciências Humanas, que de alguma forma agregava as faculdades. É isso? Poderia resgatar um pouco essa história?

Luiz Augusto Costa a Campis:

O primeiro departamento era o departamento de Ciências Sociais. Ele era da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Lá nós tínhamos departamento de Educação, departamento de Letras, departamento de Ciências Sociais, que juntava aí Filosofia, Sociologia, e História e Psicologia. Depois, ele virou Departamento de Ciências Humanas. Mas primeiro foi Ciências Sociais.

Entrevistadores:

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<25-55>, Ago./Set. 2021

Sim. Mas para reconstruir essa história com precisão. Antes, havia as faculdades, isoladas, e daí se estruturou a FISC. E dentro da FISC havia o Departamento de Humanidades, de Letras? Como era a estrutura anterior à criação do Departamento de Ciências Humanas?

Luiz Augusto Costa a Campis:

As faculdades integradas eram formadas por quatro faculdades, que tinham diretores. E essas faculdades tinham departamentos. No caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nós tínhamos o departamento de Educação, departamento de Letras, departamento de Ciências Sociais e o departamento de Ciências, que era o de Ciências Naturais. Nós éramos quatro departamentos. E, no caso da Educação Física, eles tinham também departamento, mas era só um curso. O Direito também tinha quatro departamentos, de Direito Civil, de Direito Público, enfim, mas era um curso só. E as Ciências Contábeis e a Administração que eram outras duas faculdades e que tinham também quatro departamentos. Então, se dividia por faculdades e departamentos. As faculdades tinham os CODEPS, que eram seus conselhos departamentais, que assessoravam o diretor da faculdade e que estavam também representados no conselho superior das faculdades integradas, o CONSUN.

Entrevistadores:

Então, a formação do Departamento de Ciências Humanas ocorreu no momento da instauração da estrutura da Universidade, no momento da criação da UNISC?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Ocorreram movimentos de ida e de volta. Houve uma redepartamentalização, a Psicologia criou o seu curso e depois criou um departamento. A filosofia esteve vinculada à área da educação. Foi criado o Departamento de História e Geografia. Depois a Filosofia voltou e formou com os cientistas sociais o Departamento de Ciências Humanas.

Entrevistadores:

Mas nessa história tem uma questão que se tornou importante para o Departamento de Ciências Humanas: a ausência de cursos capazes de garantir sustentabilidade, em termos de alunos, mas também de extensão do poder político do Departamento nas relações institucionais. A saída da Psicologia, nesse sentido, teve repercussões importantes. E daí a questão: como ocorreu a criação do Departamento de Psicologia? Por que o curso não ficou vinculado ao Departamento de Ciências Humanas? A criação de um novo Departamento foi resultado de uma visão segundo a qual a Psicologia tinha maior aderência com a área da saúde? Existiram, também, razões políticas e internas à Universidade:

Luiz Augusto Costa a Campis:

Para mim são várias coisas, mas uma delas, a principal, do meu ponto de vista, é o corporativismo. Porque o curso de Psicologia, como ele nasceu dentro do nosso departamento, ele era um curso altamente influenciado pela Sociologia. Ele tinha quatro disciplinas de Sociologia, duas obrigatórias e duas opcionais. Ele tinha uma visão de Psicologia Comunitária muito forte. Eu fui uma das pessoas que trabalhou na elaboração do currículo do curso de Psicologia. E eu me lembro muito bem que a gente criou um curso que

era um curso de Psicologia Comunitária, essa era a ideia. E com o desenvolver do curso, é natural que os psicólogos fossem querendo espaços que não eram dos psicólogos, dentro daquela ideia de ter mais disciplinas. “Ah o curso está muito longo, nós temos que tirar algumas disciplinas, quais são as disciplinas que nós vamos tirar?”, assim historicamente foi caminhando para isso. E, num determinado momento, o curso também se sentiu, com a necessidade de diminuir, enfim, de não querer mais ter as disciplinas das ciências sociais. De tal forma que chegou nesse momento atual, aonde não tem mais Sociologia, só à distância, que eu acho que é 30 horas, à distância, na nova carreira de Psicologia.

Eu acho que não é questão de nós perdermos; são eles que tiveram a necessidade de criar um curso menor, para isto retiraram disciplinas de outras áreas. Essas discussões ficaram muito claras em determinados momentos. E, no conselho universitário, quem estava representada eram os departamentos, mais do que os cursos. E isso significava participar do centro de decisão da universidade. Então, eles tinham plena clareza de que para eles terem mais poder dentro da universidade, tinham que ter um departamento. E tinham professores suficientes, dada aquelas condições que a gente estabeleceu lá de ter um número X de professores, tantas disciplinas, etc. Eles tinham as condições objetivas, e aí trataram de ocupar esse espaço.

Entrevistadores:

Mas vamos voltar ao seu lugar como vice-diretor e também como articulador desses projetos que iriam concretizar as condições para o credenciamento da universidade. Naquele processo você precisou enfrentar brigas em favor de um determinado projeto de Universidade?

Luiz Augusto Costa a Campis:

O maior momento de tensão foi o seguinte: o professor Wilson, ele quando se candidatou para ser o primeiro reitor da universidade, ele disse que seria a última vez que ele seria candidato, porque ele já estava há sete anos em cargo de diretor-geral, e como a nossa eleição permitia uma reeleição, no caso, o professor Wilson disse assim “, se eu vencer essa eleição, eu não vou ser mais candidato”. Aconteceu que, quando o professor Wilson se encaminhava para o final de sua gestão, começou um movimento feito por pessoas próximas dele, para que ele fosse candidato de novo. E aí esse foi um momento de tensão. E aí, naquele momento, eu e outras pessoas que participavam da gestão dissemos: “bom, nós vamos cobrar aquele discurso que foi feito no passado, de que eu não vou ser mais candidato a reitor.” Esse foi um momento de tensão.

Entrevistadores:

Mas isso já é no contexto da institucionalização, da universidade mesmo, já num primeiro mandato...

Luiz Augusto Costa a Campis:

Sim. Já quando eu fui candidato a reitor. O professor Wilson tinha ficado onze anos no cargo máximo da instituição. O candidato a vice do professor Elenor, que foi meu adversário, era alguém que queria o professor Wilson candidato novamente a reitor. Porque, ideologicamente, eles não me aceitavam. Porque essa questão sempre ficou clara, que eu, ideologicamente, era outra coisa. E eles não aceitavam muito essa ideia de ter alguém que era vinculado ao PT, à

esquerda, dentro da universidade como reitor. Isso sempre ficou claro. E é natural, bom, isso faz parte da democracia. Mas a gente também tratou sempre de ter uma visão extremamente aberta, eu não escolhi meus pró-reitores, os meus assessores, por serem vinculados a partido A, B, C ou D. Eu coloquei aqueles que eu achava que eram os melhores para o cargo naquele determinado momento. E sobre isso a gente até pode falar mais tarde, acho que foge um pouco desse assunto. O momento em que o Thomé foi ser candidato a reitor, no meu lugar, eu recebi a visita do DCE, trazendo um professor do nosso departamento, porque eles queriam que eu o apoiasse para ser candidato a reitor. E quando eu não aceitei, eles propuseram que ele fosse candidato a pró-reitor para assuntos acadêmicos. Queriam que criássemos uma nova pró-reitoria. Aí eles iriam apoiar o Thomé. Como eu não aceitei isso, eles fizeram campanha pelo não. Tu perguntaste de tensões, elas sempre existiram. A política faz parte disso. Sempre existiu. A partir do momento em que eu não aceitei isso, bom, aí teve uma campanha diretamente contra mim. Lá no DCE fizeram pinturas. E eu sei que a política é assim mesmo. As pessoas vão ter posições diferentes e vão lutar por aquilo que elas consideram melhor, a gente faz o mesmo. Mas, por outro lado, eu acho que a universidade, ela conseguiu passar por momentos difíceis. Nós saímos de uma situação de faculdades isoladas, de faculdades integradas para sermos universidade. Foi a primeira universidade do interior, comunitária, a ter mestrado, pessoal! Isso não foi pouca coisa. Antes que a UNIJUÍ, Passo Fundo, instituições bem mais antigas do que nós, a URI, a própria UCS. Então, a gente conseguiu um avanço naqueles anos 90 e 2000 que foram, do meu ponto de vista, extremamente vigorosos e que nos colocaram num outro patamar.

Entrevistadores:

Nós estamos, nesse momento da entrevista, pensando nas dificuldades que existem na construção de uma universidade comunitária. E, no caso da UNISC, já estamos falando dos anos 90. Os anos 90 foram anos de abertura da economia, maior participação de instituições privadas no ensino superior. Nesse sentido, é importante ouvir suas opiniões sobre aquele período. Ou seja, que dificuldades se colocaram na construção de uma Universidade Comunitária num contexto de expansão do ensino e da perspectiva privatizante no ensino superior? Mesmo em Santa Cruz do Sul, a partir daquele período outras Instituições de Ensino Superior começam a atuar. Qual a sua avaliação daquele período? Como foram enfrentadas as dificuldades que se apresentaram e o quanto a necessidade desses enfrentamentos condicionou a própria construção de um modelo de Universidade Comunitária?

Luiz Augusto Costa a Campis:

É. A UNISC... eu vou falar um pouquinho mais a partir de 98, quando eu assumi como reitor. Eu me sinto com mais condições de falar sobre isso. Por que? Porque... aí eu comecei a participar mais do conselho de reitores das universidades brasileiras, do COMUNG. Desde sempre, antes mesmo, quando o professor Wilson era reitor, a gente lutou por uma coisa que era fundamental do nosso ponto de vista: financiamento para os estudantes, e financiamento barato. O FIES, que acabou depois sendo criado como FIES, mas o financiamento estudantil, para as universidades comunitárias. Porque nós entendíamos, e eu entendo até hoje, de que boa parte do Brasil nunca vai ter universidade pública. Não tendo universidade pública, vamos ter que contar com um outro modelo que não seja só o privado para inserir especialmente os setores mais carentes da sociedade. E o modelo comunitário, nesse sentido, ele sempre se apresentou como uma bela saída. Na verdade, nós sofremos aquele problema do marisco: de um lado, o rochedo das públicas; de outro, o mar das privadas. E nós ficamos no

meio desse embate. Porque, primeiro, nós não temos a atuação na pesquisa como as instituições públicas, e o fato de se legitimarem por não cobrarem mensalidades, muito mais junto à população. E, por outro lado, nós não temos a agressividade das privadas, que nós sabemos muito bem como é que funciona a política, eles financiam deputados federais, senadores que fazem leis neste país. E o setor público tem seus defensores. Quem são os defensores das universidades comunitárias, politicamente falando? Quem são? São pouquíssimos, são raros. Que saem dos nossos quadros. Politicamente, nós estamos pouco representados. Nós não temos, então, a possibilidade de um crescimento. E parece que esse é o grande limite, nós conseguimos avançar dentro de um determinado tipo de governo, como o do PSDB, e, posteriormente, do Lula, com a criação do FIES. E este foi o grande avanço das universidades comunitárias. O financiamento para os estudantes, a preços módicos, sem ser financiamento bancário. E cada vez que um deputado ia lá e dizia assim “olha, tem que perdoar dívida dos estudantes”, eu ficava muito incomodado com isso. Porque isso é uma forma de acabar com o programa mais adiante; a gente sabia que, num segundo momento, isso seria utilizado pra dizer que o programa é deficitário, que tem que terminar. “Ah, o FIES que tinha um fundo do governo federal não se mantém porque os estudantes não pagam, então tem que acabar com esse programa”. Então era uma faca de dois gumes. Porque quando tu vais lá propor anistia para os estudantes, e o juro já era baixo, de 1%, 2% ao ano, já era um juro baixíssimo, tu estás propondo que no futuro acabe com o programa. A gente viu isso ser feito historicamente, inclusive por deputados da esquerda e da direita, dos dois grupos políticos. Não interessava para eles terem o financiamento. Uns diziam que dinheiro público é pra instituições públicas. E os outros, bom, eles queriam acabar com esse financiamento, porque eles queriam lucrar com os financiamentos privados, como nós temos hoje. Boa parte das instituições de ensino superior são bancos de financiamento que vendem produtos de péssima qualidade, porque tem capital pra financiar os estudantes. São fundos de investimento que estão no país. Então, eu acho que o grande dilema da universidade comunitária é esse: nós não temos representação política, nós não tivemos pessoas que historicamente conseguiram, inclusive, compreender esse papel; com raríssimas exceções, alguns representantes de algumas PUCs, como da PUC de São Paulo em determinado momento. E das comunitárias gaúchas, e quem sabe catarinenses, mas são poucos. Nós não somos importantes na política brasileira.

E, ao mesmo tempo, nós não temos uma visão hegemônica, nós somos muito diferentes entre nós. Nós não temos uma só natureza comunitária, pra algumas é uma natureza mais privada, de outras é menos privada. Quando tu vais olhar as universidades de Santa Catarina, as próprias PUCs que são confessionais. Nós somos diferentes. Então, nós tivemos sempre grande dificuldade de poder nos colocar. Eu fui presidente do COMUNG. E em determinado momento, quando eu era vice-presidente da ABRUC, e era o meu último ano de mandato como reitor, eu ia ter que sair da ABRUC. Havia uma pressão das confessionais, pra que o COMUNG no Rio Grande do Sul perdesse importância, na época com nossa articulação conseguíamos recursos do estado, especialmente para atividades de extensão e prestação de serviços. E o Ney Lazzari, que me sucedeu dentro do COMUNG, as convidou para ingressar no COMUNG. Por que que eu tinha uma certa resistência naquele momento de que as confessionais viessem pra dentro do COMUNG? Porque eu sabia que, no Rio Grande do Sul, na medida em que entrassem a PUC, a UNISINOS e outras confessionais, nós teríamos uma perda de identidade como universidades comunitárias no Rio Grande do Sul. Porque o centro, o cerne das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, elas não eram confessionais. Elas eram exatamente comunitárias, como UNIJUÍ, Santa Cruz. Apesar de que as igrejas participaram, estiveram dentro, desde o início, em todas as nossas. Lá em Ijuí com

capuchinhos, em Caxias também estiveram presentes. Em vários locais elas estiveram presentes. Mas não como entidades hegemônicas. Não tornando a mantenedora como entidade ligada à Mitra ou ligada a uma determinada congregação. E isso incomodava algumas pessoas, incomodava. Vamos dizer assim, o fato de a gente não ter também permitido que as nossas instituições se tornassem em um determinado momento uma coisa só como as confessionais. Enfim, eu poderia entrar em detalhes nesses debates mais adiante, não sei se interessa nesse momento.

Entrevistadores:

Interessa, pois se já havia dificuldades na constituição de uma identidade sem as confessionais, podemos imaginar que essa entrada dificultou ainda mais!?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Sim. Complicou muito mais. E tem mais uma coisa. Muitas pessoas não sabem e isso vai se perdendo na história. Até os anos 80, as grandes universidades confessionais brasileiras, elas recebiam boa parte dos recursos para se manter do governo federal. A PUC, por exemplo, do Rio Grande do Sul, recebia recursos para pagamento dos professores. Não é para bolsas, para financiamento, não! E não é só isenção de impostos, era dinheiro para pagar a folha de pagamentos. Então, num primeiro momento, também essas instituições, elas não gostavam de ver outras instituições crescendo, porque significava repartir o bolo. Quando eu comecei a trabalhar no processo de universidade, eu comecei a perceber todas as barreiras que nós tínhamos pra nos transformar em universidade. E boa parte dessas barreiras vinham das que já estavam consolidadas. Elas não queriam repartir recursos, que vinham do governo federal para as universidades. Quando a UNISC vai se tornando universidade, os recursos vão escasseando para as universidades que não são públicas. E aí também vão perdendo espaço essas universidades, como a PUC do Rio Grande do Sul, que ganhavam recursos pra pagar folha de pagamento. Tem uma questão palpável de financiamento, isso ficou muito claro em determinado momento. Estas instituições, elas foram construídas também com recurso público. Também com recurso público federal, o que nós nunca tivemos, por exemplo, a não ser essa isenção do encargo patronal do INSS, que levou o Wilson e eu, como reitores, passar anos brigando, inclusive na justiça, porque eles sempre estavam querendo nos cobrar, dizendo que a instituição não era filantrópica, que a gente tinha que pagar. Então, fomos até vítimas de tentativa de extorsão pela máfia do INSS para mantermos o certificado de filantropia. Eu fui lá em Brasília denunciar isso; e, bom, quase acabo me dando mal porque fui denunciar gente que tinha poder na República. Esse tipo de pressão a gente sofria. E sobre isso a gente pode falar também em outros momentos, mais detalhadamente. Mas eram pressões que a gente sofria.

Entrevistadores:

Mas, em sua opinião, mesmo depois que você saiu da Reitoria, a sua suspeita se confirma? A entrada das confessionais complicou ainda mais a afirmação do caráter comunitário das instituições? Pensando hoje...

Luiz Augusto Costa a Campis:

Hoje eu não sei dizer, porque isso ficou distante para mim, não tenho informações. Hoje parece que ninguém está discutindo isso. Aquele movimento que fizemos, o livro que o João Pedro organizou, a nossa tentativa de caracterizar muito bem o que que era comunitário, hoje ninguém parece estar mais interessado nisto. Porque a discussão passou para outro patamar. Hoje, de fato, as comunitárias perderam importância. Era para ganharmos importância com a entrada das PUCs, mas aconteceu o contrário. Hoje, basicamente, se discute: é privado ou é público. Nós não somos protagonistas como éramos no passado das universidades comunitárias, inclusive no debate político. O FIES, no Brasil, ele se consolida a partir de uma demanda que a associação brasileira de universidades comunitárias levou muito fortemente ao Ministério de Educação e Cultura. O governo do Lula, com o Tarso Genro como Ministro da Educação, que oficializou essa forma de financiamento, o projeto foi levado por nós, pela ABRUC. O projeto foi levado pela ABRUC. O papel de quem está na direção de universidade, quem está no papel de direção de uma instituição, como a ABRUC, como o COMUNG, é estar influenciando políticas de governo, políticas de Estado, tem que fortalecer o setor e a gente não vê isso. Perdemos essa capacidade.

Por que se perdeu? Porque boa parte dos dirigentes universitários, que estão nessas instituições, não tem uma boa visão da política! Tem alguns que, inclusive, acham que a política não tinha que fazer parte da vida das instituições. Lembram disso? Vocês sabem desse debate que a gente teve, dentro da nossa própria universidade. Tem muita gente que acha que política atrapalha. Não consegue perceber o papel da política. Quer dizer, o papel da política não é simplesmente de formar quadros políticos e de participar dentro de disputas políticas de prefeituras, governo do estado, de vereadores... Não! É fazer política educacional, política de saúde pública, política de inclusão social. Quer dizer, esse é o papel de quem está no mundo da política. E as pessoas... eu estou falando com dois sociólogos, vocês têm clareza disso. A maioria das pessoas, ultimamente, inclusive, acabou por criminalizar a política. Em determinado momento, o próprio poder judiciário criminalizou a política. Nós tivemos um desprestígio da política que, infelizmente, chegou também aos nossos dirigentes universitários.

Entrevistadores:

Mas, por outro lado, Luiz Augusto, tem algumas questões importantes nessa reflexão. Num período mais recente, digamos a partir dos governos nacionais liderados pelo PT, se observou um fortalecimento das universidades estatais, com a criação de novas Universidades, inclusive em regiões interioranas do País. Ao mesmo tempo, também se observou um crescimento significativo das instituições privadas. Além disso, ainda mais recentemente, as dificuldades das comunitárias aumentaram em razão da dependência criada em relação a determinadas políticas de financiamento estudantil, como é o caso do FIES. No seu entendimento, essas questões são importantes para e na explicação dessa perda de poder da ABRUC e das comunitárias?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Eu acho que sim. Na medida em que nós perdemos importância, eu acho que mais do que as públicas, foi a entrada das privadas, das “privadas baratas”, que a gente chama aí, das privadas que vão entrar naqueles rincões aonde, historicamente, só quem entrava eram as comunitárias. As públicas, elas têm muito mais dificuldades de ingressar nas pequenas cidades. Agora tu olhas aqui, com esse ensino à distância do jeito que foi liberado e que está.

Rio Pardo deve ter quantas instituições de ensino superior? Então, isso acabou acontecendo, principalmente pela expansão desse mercado privado.

Entrevistadores:

Isso coloca uma questão relacionada à autonomia da universidade comunitária? Ou seja, a autonomia das Universidades Comunitárias é atingida por essa necessidade relacionada à sustentabilidade financeira?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Eu diria que não a autonomia, mas o que é ferido é a nossa capacidade de desenvolver determinadas áreas. Nós não vamos conseguir manter cursos na área de artes e de humanidades porque a procura vai ser pequena; e aí nós não vamos conseguir ter recursos pra manter esses cursos. O Curso de sociologia, o nosso, tinha meia dúzia de alunos, de filosofia também aconteceu isso. O de dança teve um vestibular e não teve mais, não conseguimos nem formar turma. Ou seja, a universidade comunitária ela vai ter dificuldades de se manter, porque ela precisa dessa autossustentabilidade. Tem uma série de cursos nas universidades federais que se mantêm, porque eles não precisam ser autossustentáveis. Cursos na área de artes, por exemplo, que são cursos caros, que precisam de um investimento e que não vão ter retorno financeiro. Então, isso, de fato, fica mais para as universidades públicas. O nosso limite aqui é a questão da sustentabilidade. E, em determinado momento, nós vamos ver que o papel de quem está na reitoria será perguntar “até que ponto nós vamos manter um projeto que é deficitário?” E isso é uma decisão política de cada instituição. Tem um momento também. Vamos pegar esse momento de crise que vai seguir aqui. Eu não tenho dúvidas de que dentro da nossa universidade, nós vamos ter dificuldades de manter setores que hoje nós temos, de perda de espaço, de aulas, de horas para pesquisa, de mais e mais aperto, em função da sustentabilidade. Então, acho que o grande limite nosso mesmo é a questão do financiamento do ensino superior no país que, ao invés de se discutir numa política de Estado, como a gente já teve mais possibilidades de fazer, hoje quem discute isso são os setores privados, que têm uma entrada muito maior no governo do que nós.

A gente sabe, por exemplo, quem é a presidente do Sindicato das Universidades Privadas de São Paulo, da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, a ABMES; é uma pessoa que está ligada à irmã do ministro da economia. Só para dar um exemplo. Não existe possibilidade de se pensar no futuro de expansão do segmento universitário se não tiver financiamento público, seja ele através de bolsas ou diretamente de suas atividades. Acho que esse foi o nosso grande problema. Por isso que eu digo, a universidade comunitária, ela é muito frágil pra dispensar a sua organização e influência junto ao Estado. Eu acho que nós nunca tivemos tão pouca influência como nos últimos anos em relação ao Estado. Ao Estado brasileiro, ao Estado gaúcho, enfim... ao Estado.

Entrevistadores:

Essas dificuldades se colocam não somente em termos de manutenção de determinadas áreas como, por exemplo, cursos de licenciatura. Hoje atingem também os projetos políticos e

pedagógicos dos cursos. É verdade que, na UNISC, já há tempo vivenciamos “reestruturações curriculares”, com redução de disciplina, por exemplo. E a partir daí se coloca uma questão, no nosso entendimento importante: essas mudanças se relacionam a projetos de quem está na gestão da Universidade ou há algo que transcende e que se vincula a essas pressões decorrentes da estruturação do ensino superior?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Concordo. É isso mesmo. Nós estamos falando a mesma coisa! As pessoas, em determinado momento, elas acabam colocando no pedestal determinadas premissas. São coisas que a gente vai ver que são colocadas como a última novidade, mas que no fundo elas também encobrem essa visão que é ideológica. Alguém acha que é mais importante trabalhar na disciplina de Ciência e Sociedade a visão do empreendedorismo. Mas aí tem gente que acha que a disciplina Ciência e Sociedade pode ser dada por alguém que não tenha a formação em Ciências Sociais. Falta uma visão humanística para quem está decidindo isso. Isso faz parte de uma visão de que Sociologia, Sociedade, qualquer um pode trabalhar. Essa ideia de que todos, de que é um assunto transversal que todos podem trabalhar. “Ah, matemática também é transversal na vida das pessoas, todos podem trabalhar também”; vou lá eu dar derivadas? Eu não saberia dar. É isso. E é um pouco isso que acontece hoje. Mas podemos voltar a esse tema depois.

Entrevistadores:

Isso. Até mesmo por que até agora você já falou sobre sua experiência como gestor da UNISC. Mas a sua passagem pela reitoria na condição de Reitor merece uma análise mais cuidadosa. Gostaríamos, então, que nos falasse sobre essa sua experiência.

Luiz Augusto Costa a Campis:

Bom. Eu diria que, depois de ter atuado 17 anos como professor da universidade, desde 81 até 98, me sentia preparado pra assumir esse cargo. Eu me preparei pra assumir esse cargo. No sentido de que eu cumpri todas as tarefas de professor, chefe de departamento, pró-reitor, superintendente, coordenei a implantação de alguns projetos, como Polo de Modernização Tecnológica, como o próprio mestrado, as atividades de extensão, fui editor... Quer dizer, eu tinha uma vivência dentro da universidade que me permitia desempenhar as tarefas atinentes ao cargo. Eu me sentia preparado pra isso. E mais do que isso, em determinado momento da minha vida eu tive que decidir uma coisa que foi muito cara pra mim e que me cobra um preço até hoje, que foi abrir mão de ser doutor. Em determinado momento, eu não ia conseguir fazer doutorado tendo a militância que eu tinha dentro da universidade, tendo os cargos que eu tinha dentro da universidade, eu não conseguiria fazer o doutorado. Primeiro, porque doutorado na nossa área aqui não existia e eu teria que ir embora. E isso não seriam, portanto, dois anos, mas seriam quatro anos. E eu sentia que se me afastasse da reitoria o nosso projeto de universidade seria abortado, aconteceria a retomada do poder interno por pessoas que foram nossas adversárias na luta pela criação de uma universidade crítica, aberta aos movimentos sociais e sem cooptação pelo status quo político local. Porque não tinha gente do nosso campo (ideológico) preparado pra ocupar o cargo naquele momento. Aliás, isso vai acontecer mais tarde, quando da minha saída, em que a pessoa indicada para assumir a reitoria, e eu já falei isso outras vezes, foi o Rogério (Silveira). E o Rogério, tendo em vista essa questão do cargo ou doutorado, ele decidiu ir para o doutorado E aí nós ficamos sem a

candidatura dele naquele momento. E o segundo era o Thomé. Então, em determinado momento, eu pessoalmente tive que abrir mão dessa perspectiva de ter o doutorado.

Bom, mas o que que eu fui fazer então? Eu fui me preparar pra ser gestor e fui fazer cursos de gestão universitária, que na época era um curso interessante, porque tinha uma fase no Brasil, e depois uma fase fora, que era um curso de pós-graduação em gestão universitária feito pela Organização das Universidade Inter Americanas. E isso foi muito interessante, porque me permitiu conhecer o modelo universitário canadense, ter uma boa ideia do modelo universitário americano e, especialmente, conhecer a universidade na América Latina. Então, eu pude conhecer um pouco mais da Argentina, em especial, e a Colômbia, que são os dois países que eu tive mais contato com os colegas do curso, e que me passaram um pouco do que era a universidade naqueles países.

Entrevistadores:

E você encontrou modelos parecidos com o que se desenvolveu na UNISC?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Existe modelos em que o ente é um misto entre público e privado. Mas é minoria, a maior parte das universidades que eu conheci, na Colômbia, por exemplo, elas eram públicas ou confessionais. Confessional é forte lá também E na Argentina, universidade pública é muito forte. O modelo existe, universidades na América, que são mistas. Porque as pessoas falavam também de uma situação de instituições que eram sem donos. Mas eu confesso que não me aprofundi muito nesse modelo colombiano. Não é uma coisa comum. O mais comum é o público e é o privado confessional, que é o que eu encontrei. Mas eu pude, conhecendo isso, me preparar, como eu disse, pra ser reitor. E a chegada, então, eu cheguei com uma visão bastante ampla dos modelos universitários existentes nas Américas. E nós pegamos a universidade, é importante destacar isso, num momento em que ela estava em crescimento. Nós tínhamos criado recentemente a universidade, nós estávamos criando novos cursos. Ela estava levantando voo. Então, a gente pôde, além de criar mestrados, nós expandimos a área da graduação muito. Inclusive com cursos que tiveram vida curta, cursos que eram de momento como o curso de turismo e outros que não eram viáveis numa instituição comunitária do interior, como o curso de Sociologia. O nosso departamento disse: “vamos criar um curso de Sociologia”. No início, eu era contra. No fim, como reitor, eu não podia ser contra a minha área. O curso que nós criamos era um curso que era a nossa cara. Nossa cara de quem? A de ex-alunos da UFRGS. Não tinha como dar certo. Quer dizer, um curso com “500” disciplinas de sociologia, de política, de antropologia. Altamente teórico. Era um curso dos anos 80 colocado aqui nos anos 2000. De uma universidade pública colocada aqui. O nosso curso ficou com cara de universidade federal, e teve duas turmas, bem dizer. E sumiu. Enfim...

Eu acho que a universidade cresceu muito rápido, a gente teve uma boa sustentabilidade em número de alunos que, naquele momento, o fato de a gente ter saltado na frente na região, saltado na frente da UNIVATES, saltado na frente de Cachoeira, nos permitiu ter esse crescimento. A UNIVATES patinou mais, eles tiveram dificuldades no início. E, posteriormente, a UNIVATES, abrindo mão de um modelo mais democrático, aonde o reitor é o mesmo de sempre, tirou vantagem disso também. E, portanto, eu acredito que a gente tenha tido um momento para nos consolidar na frente dessas instituições da região. Então, o que eu lembro é que nós também tivemos algumas dificuldades, e tivemos que tomar, rapidamente,

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<25-55>, Ago./Set. 2021

decisões do tipo colocar universidade em Venâncio, porque a UNIVATES ia se colocar em Venâncio. Aceitamos Capão da Canoa, dentro de uma lógica de que, se nós não aceitássemos, as outras comunitárias também... era uma briga por espaço. Caxias veio discutir aqui também com Venâncio, se ia botar aqui ou não. Venâncio tentava trazer a UNIVATES, ou a UNISC ou a UCS. Montenegro, desde sempre também, com a UCS. Ou seja, a gente começou a ver que, pra manter o nosso espaço como universidade, só Santa Cruz seria pouco, porque nós seríamos, de repente, esmagados. E, quem sabe, não tenho certeza disso, a principal decisão que nós tivemos que tomar foi ir ou não para a Grande Porto Alegre. Em determinado momento, isso aconteceu também. Só pra dizer do ponto de vista da gestão. Nós tivemos proposta ali da região de Esteio, pra nos colocar. Esteio nos colocaria entre a ULBRA e a UNISINOS, na parada do metrô. Uma área que eles estavam querendo nos levar. E isso foi uma discussão que a gente teve. Então, eu penso que, historicamente, era um momento de a gente tomar algumas posições. Enfim, tomamos aquelas que conseguimos tomar e que nos pareciam as mais apropriadas.

Mas eu gostaria de dizer que, na parte da pesquisa, em especial, e da extensão, a gente se aprofundou bastante. Tanto que a gente criou vários cursos de pós-graduação. E, na naquela época, é interessante que a gente fazia um trabalho muito grande em buscar professores em diferentes áreas, em aprofundar pesquisas em algumas áreas que a gente considerava prioritárias da universidade. O meio ambiente, a educação, o direito e o desenvolvimento regional já eram naturalmente. Mas a gente procurou aprofundar essas áreas. E nós tivemos na área das exatas dificuldades para alavancar a pesquisa. Quem nós tínhamos, naquele momento, de assessoria? Nós tínhamos o ex-reitor da USP, professor Roberto Leal, e a esposa dele, ex-reitora da Universidade de Mogi das Cruzes.

Eles participaram de reuniões com alguns professores aqui nossos, dentro da universidade. Eles vinham uma vez por semestre. A gente fazia pesquisas internas, mandava para eles, e eles tinham o raio-X todo. E nós tínhamos feito uma proposta de expansão da pesquisa e da pós-graduação. Eu me lembro que, quando ele conheceu aqui, o professor Roberto disse assim: “para uma universidade pequena, do interior, vocês gastam muito em pesquisa, e o recursos que vocês têm envolvido é muito grande perto do tamanho do orçamento de vocês; agora, os resultados, em especial nas ciências exatas, são muito pequenos”. Ele falava isso, e ele era da área da física.

Entrevistadores:

Mas, então, vejamos. Na verdade, o que seria a ideia de uma expansão, por exemplo da área das exatas, não necessariamente está associada a um ciclo, digamos, do próprio crescimento da universidade. Quando, então, a partir do final dos anos 90 a UNISC teve um aumento de cursos, inclusive de Programas de Pós-Graduação nessas áreas. É possível associar a isso. Ou seja, de que, por tradição, a Universidade nasce dentro do que seriam as licenciaturas, e também, digamos, de alguns cursos muito vinculados a um campo mais ligado às humanidades? E que a expansão das exatas ocorre depois, pela própria demanda regional, que implicou a existência de cursos, por exemplo, das engenharias?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Eu acho que tem alguma coisa a ver com isso. Mas eu penso que tem mais a ver com as cabeças ali de dentro. Nós não tínhamos pessoas nessas áreas que estavam preparadas para desenvolverem, liderarem projetos de pós e pesquisa nestas áreas.

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<25-55>, Ago./Set. 2021

Entrevistadores:

Durante as suas duas gestões enquanto Reitor da UNISC se observou uma maior participação na gestão da Universidade de professores diretamente vinculado às ciências humanas e sociais. Gostaríamos de ouvir sua avaliação acerca da importância dessa maior presença, tanto sob o ponto de vista da gestão da Universidade quanto sob o ponto de vista da discussão sobre a formação universitária.

Luiz Augusto Costa a Campis:

Como eu disse, a gente procurou sempre buscar aquelas pessoas que a gente achava que tinha melhores condições de pensar uma universidade. E em determinado momento, o Caco participou, Rogério, João Pedro, a própria Carmem. São pessoas que a gente trouxe imaginando... eram pessoas jovens, na época, também... e que poderiam, ao contrário de algumas outras pessoas que eram consideradas pessoas mais consagradas já dentro da universidade, a gente também colocou pessoas novas. Isso foi importante, foi importante para dar uma cara de universidade inovadora, também. Mas, de qualquer maneira, a universidade, a mentalidade que eu tinha, e que outras pessoas tinham, era de uma universidade que, em primeiro lugar, tinha que ser acessível ao público estudantil. A gente discutiu isso, e aí eu quero resgatar uma outra participação que a gente teve, muito importante, que foi a UERGS. Nós estivemos lá no movimento de criação da UERGS. As pessoas esquecem disso. A UERGS foi criada no Rio Grande do Sul a partir de um debate das universidades comunitárias. Quem galvanizou isso, e utilizou politicamente, foi o Beto Albuquerque, que era o presidente do DCE na época de Passo Fundo, e que galvanizou muito bem. Chamou para ele isso. E a gente participou ativamente. Santa Cruz, Ijuí e Passo Fundo, eles por conta do presidente do DCE, que era o Beto, e nós aqui, participamos ativamente dessa feitura. Nós pressionávamos diretamente o governo do estado, no sentido de que ele transformasse as universidades comunitárias em universidades estaduais. Esse era o nosso primeiro modelo. Quando o estado mais ou menos negou isso, a gente partiu pra um segundo momento, que foi um momento de buscarmos recursos do governo do estado para bolsas dos nossos alunos. Então, nós sempre tivemos a preocupação da inclusão social. É interessante porque, às vezes, a gente fica discutindo as nossas questões mais paroquiais, a gente esquece das grandes questões. E uma das grandes questões era a criação de uma universidade acessível, uma universidade que permitisse aos jovens da região, mesmo não tendo dinheiro, ingressarem. Então, a criação da UERGS foi fruto dessa luta também. Bom, como a gente não conseguiu, mais adiante, inclusive quando um governo do estado resolveu criar, que foi do Olívio Dutra, a UERGS, nós estávamos lá, mesmo que o modelo não fosse aquele que nós defendíamos, nós estivemos juntos, sugerimos, participamos da discussão e, mais do que isso, oferecemos o nosso campus pra se instalar a UERGS em Santa Cruz, dentro da UNISC. É interessante que as pessoas esquecem, que essa é uma discussão que ficou para o passado. Mais adiante nós vamos ter dificuldades, até com alguns professores da UERGS, que eram nossos professores aqui dentro, até do nosso departamento, que se tornaram coordenadores aqui, e que tinham uma visão equivocada, dizendo que a UERGS não crescia em Santa Cruz por causa da UNISC, que a UNISC não deixava. Olha! Gente que pegou o barco andando, chegou depois e não conhecia ou não queria conhecer a luta que tivemos para trazer a UERGS. Aí eu tive que ir lá, lá em Porto Alegre falar com o reitor da UERGS da época, professor Nelson Boeira. E ele sabia como a gente tinha trabalhado aqui para botar a UERGS. E dizer pra ele “olha, esse professor que tá levando os alunos lá na câmara de vereadores pra dizer que o problema da

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<25-55>, Ago./Set. 2021

não expansão da UERGS em Santa Cruz é a UNISC, que não quer dar espaço, tá completamente equivocado”. Enfim, só mais um episódio que mostra o caráter da nossa universidade. Nossa universidade, ela nunca quis ser privada, ela quis sempre ser uma universidade que tivesse acessível – pelo menos durante o período que eu estive na reitoria –, a todos os interessados, e muito mais com essa conotação de pública do que de privada. Queria chamar a atenção disso. É aí que o modelo comunitário (de certa forma, essa é a pergunta que vocês fizeram) é o modelo do futuro, de certa forma é isso.

Eu confesso que eu tenho muita dificuldade hoje de ver esse futuro, porque eu não estou participando mais de nenhuma organização das universidades comunitárias. Pelo que eu vejo, a partir da nossa, me parece que essa discussão deixou de existir, como um modelo viável. O momento, inclusive, é outro. O momento é de fundos de investimentos, colocando cursos e oferecendo bolsas. O governo federal não tem nenhum interesse em um modelo como o nosso. O governo estadual também não tem nem recurso pra pensar nisso. Então, eu antevejo muita dificuldade, porque não existe um grupo forte, que eu saiba pelo menos, de universidades comunitárias no Brasil, que estão preparadas para defender esse modelo. Eu não vejo na imprensa, eu não vejo em nenhum lugar, a ABRUC, aliás nunca mais ouvi falar na ABRUC. Então, pode ser que eu esteja afastado e que, na verdade, isso exista, mas do lugar de onde estou enxergando, eu não estou vendo muito futuro pro modelo comunitário, nesse momento.

Entrevistadores:

Fazendo uma espécie de linha de tempo, o seu segundo mandato compreendeu o período entre 2002 e 2006. É isso? Pois bem. Pensando aquele período com o que nos leva, atualmente, enquanto UNISC, a um momento de reestruturação, esse modelo de “reinvenção”. Na sua avaliação, o momento atual está consoante com o modelo de universidade comunitária que se colocava naquele momento ou poderia ser diferente? Essa questão coloca-se, inclusive, por que compreende períodos anterior e posterior àquele no qual as universidades comunitárias tiveram “aportes públicos”, através do FIES. Não se trata de uma discussão somente sobre os aportes públicos, mas, ao mesmo tempo, não se pode ignorar que eles responderam a crises vivenciadas pelas Universidades Comunitárias.

Luiz Augusto Costa a Campis:

Eu acho que o que nós estamos vendo hoje é a universidade buscando responder à falta de aporte público, dentro do modelo tradicional de uma empresa que se vê acuada pelo mercado. O que nós vamos fazer? Nós vamos enxugar custos, vamos diminuir o tamanho, e vamos tentar sobreviver durante esse período. Então, o que que nós estamos vivendo agora é isso. Quer dizer, nós estamos encurtando tamanho de cursos, nós estamos botando mais EAD, nós estamos promovendo PDV para os professores que têm maiores salários saírem. Então, basicamente, nós estamos utilizando, nesse momento, um caminho de uma empresa privada. Então, o modelo hoje me parece que caminha mais para esse lado. Até porque a gente, como eu disse, não tem nenhuma expectativa de receber recursos públicos. O Estado está falido, agora com essa grande crise, então, aí a nível nacional, menos recursos também do governo federal, o FIES não está sendo incentivado. Então, me parece que o caminho que está dado vai ser o único caminho nesse momento que se tem para universidade comunitária.

O outro modelo, que era o modelo que a gente vivenciou numa determinada época, era um modelo mais participativo dentro da universidade, aonde a gente se sentia à vontade de

discutir redução de salários. A gente se sentia porque as pessoas se sentiam participando. Ou boa parte delas se sentia. Hoje, dificilmente, nós teríamos uma condição desse tipo. E, nesse momento, a gente não vê essa possibilidade. Eu, pelo menos, não estou vendo essa possibilidade a curto prazo. Não sei como vai ser a médio prazo. Mas a curto prazo eu não vejo. “Ah, nós estamos atravessando um mau momento, mas daqui a dois anos vamos estar bem”. Não dá pra se afirmar isso, nós não temos como afirmar isso. Então, eu acho que o modelo que, nesse momento, se apresenta como um caminho único, dado inclusive a gestão que nós temos, é esse modelo que está aí.

Entrevistadores:

Essa sua afirmação: “dada a gestão”. Fica a questão se existiria massa crítica na Universidade para a construção de um outro caminho, de uma alternativa a esse projeto.

Luiz Augusto Costa a Campis:

Não! Objetivamente, não. Não vejo isso. Acho que a partir do ano passado, inclusive falamos isto com alguns colegas mais próximos, acho que se criou um ambiente aqui dentro da universidade, um ambiente bastante difícil inclusive, de a gente discutir qualquer coisa que implicasse em uma visão mais solidária. A gente viu, assim, as pessoas olhando cada uma para o seu umbigo. Cada um preocupado com seu emprego. A situação que se colocou na universidade, me deu uma grande tristeza. Porque eu vi a universidade com dificuldade extrema para pensar e manter um modelo que fosse mais coletivo e solidário. Mas, por outro lado, não se criou gente nova, grupos novos, que vieram aqui pra discutir a universidade comunitária. E, aliás, esse é um problema também da nossa universidade. Quer dizer, boa parte dos quadros, nós mesmos viemos de universidades públicas. Então, a gente vem com uma noção um pouco de universidade pública para cá. Só que a universidade pública, ela tem recursos públicos. Então, nós não estamos, normalmente, capacitados para pensar o problema da gestão de uma universidade que não conta com recursos públicos. Que nem eu te disse, eu tive que me preparar, buscar, de certa forma, ensinamentos, para poder fazer frente, porque a gente não vem preparado para isso, a gente não tem preparo para isso. E eu acho que um dos grandes problemas da nossa universidade é que não formamos quadros preparados para a gestão universitária. Temos pessoas isoladas que, por suas trajetórias, se preparam um pouco mais, mas institucionalmente temos dificuldades. Na universidade pública, historicamente, as pessoas se constroem dentro da universidade, estudam lá, o modelo já é estabelecido. Eu gostaria de lembrar do reitor Aloysio Bohnen, da UNISINOS, uma universidade confessional, que cria quadros. Na época que ele foi Reitor, eles estavam preparando o padre Marcelo para ser o reitor. E o Marcelo foi, por anos, conhecendo universidades no mundo, foi se preparando para ser reitor. O modelo jesuíta é um modelo estabelecido há cinco séculos no Brasil enquanto instituição, com universidades no mundo, muito forte. Eles têm quadros, eles formam quadros. Quer dizer, aí que eu vejo uma grande fraqueza do nosso modelo. Quer dizer, nosso modelo não forma quadros.

Entrevistadores:

Mas uma leitura possível do caso da UNISC é que, desde sua gestão, houve continuidades no que diz respeito às pessoas que ocuparam os cargos principais na Reitoria. Tivemos uma disputa mais recente, mas a professora Carmem foi sua Pró-Reitora. Fica, então, a pergunta

acerca do momento em que houve essa ruptura. Mas, mais do que isso: o que efetivamente explica a mudança de rumo e que nos traz até hoje, com um modelo que cada vez mais se aproximou de um “modelo de mercado”?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Nós não tínhamos muitos quadros. E o Tomé é uma pessoa que não tem uma visão de universidade como a gente tinha. Eu vejo assim: desde o início da gestão dele ficou claro que, como alguns professores me afirmaram, já a partir do segundo mês da sua assunção ao cargo que ele tinha outros paradigmas. E eu acredito. Acho que aí se perdeu uma visão de uma universidade mais participativa, mais plural.

Entrevistadores:

Mas, nesse sentido, você faria alguma autocrítica, no sentido das dificuldades na construção de quadros comprometidos com outro modelo de universidade comunitária?

Luiz Augusto Costa a Campis:

A minha *mea-culpa* é essa que eu já fiz, não tínhamos outra pessoa que tivesse experiência de gestão e viabilidade eleitoral naquele momento para o cargo. Eu ia inventar? Não tinha perspectiva. A gente pensou na construção de quadros. Só que, dentro daquele momento, daquelas pessoas que nós tínhamos ali, era a vez do Rogério. E quando o Rogério resolveu fazer o doutorado, e é uma escolha dele, nós ficamos sem candidatura. Nós ficamos com um grupo restrito. Não era o momento da Carmem. O João Pedro não se viabilizaria como indicação do grupo. E, enfim, aí nós perdemos um pouco a identidade que tínhamos.

Entrevistadores:

Luiz Augusto, dentro desse conjunto de mudanças, nós temos também mudanças significativas sob o ponto de vista da concepção de formação universitária. No caso da UNISC, nesse período mais recente ele passou a ser efetivado com o projeto de reinvenção pedagógica. Em sua avaliação, esse projeto de reinvenção pedagógica pode ser pensando no contexto desse movimento de mudanças nas Universidades Comunitárias? Ou, de modo diferente, se trata de um “projeto de ocasião”, que se desenvolve num contexto de agravamento da crise financeira das Universidades nesse período mais recente?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Pra mim, ele se apresenta como um pouco das duas coisas. A universidade precisa dar uma resposta que ela não tem, e acaba pegando aquela resposta que parece estar mais à mão. Nós tínhamos que dar uma resposta pra aquilo que estava acontecendo. Pior era não fazer nada. Então, se busca um remédio que quem sabe não seja o mais apropriado para o momento, mas era o remédio que estava acessível, e a reitoria buscou esse remédio. Até porque, na concepção das pessoas que estão na reitoria, volto a dizer, é uma questão de concepção, parece o mais apropriado pra eles. E aí, de novo, eu volto, eu não sei se o vocês estavam numa reunião que houve no Anfiteatro, lá no prédio do Memorial? Seis anos atrás, no primeiro ou no segundo ano, eu acho, da gestão da reitora Carmem, na primeira gestão. Quando foi trazido um consultor, que veio pensar um modelo universitário. Foi uma coisa atrasada. O cara trouxe uma concepção tradicional da universidade privada. E foi trazido isso para a gente debater

como uma alternativa. E eu me lembro que, naquele dia, eu fiquei extremamente assustado, pensando “bom, mas é isso o que eles tão pensando?” E aí eu encontrei o Tomé no almoço, logo depois daquilo. E o Tomé me perguntou: “e aí, o que que tu achou?” E eu disse: “horrível, eu nunca imaginei que a gente estaria discutindo este modelo de universidade”. E ele defendeu a fala que foi feita pelo palestrante. E era um modelo completamente ultrapassado, de discussão, que estava sendo feito. Nem era um modelo atual, entende? Então, o modelo, simplesmente, de vamos reduzir custos, vamos botar aqueles cursos que dão lucro, vamos fechar aquilo. Então aquilo me marcou. Porque eu vi que a reitoria estava numa influência muito forte desse pensamento, que é um pensamento extremamente retrógrado.

Entrevistadores:

Nós já estamos próximos do final de nossa conversa e ainda precisamos abordar melhor as questões mais diretamente relacionadas às ciências sociais na formação universitária. Algumas perguntas, nesse sentido, são necessárias: são as Ciências Sociais que estão em crise na universidade ou as Ciências Sociais estão num momento de crise histórica? Enfim, o que caracteriza a crise das ciências sociais na formação universitária?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Eu acredito que ela está imbricada, essa crise das Ciências Sociais com a crise na universidade, com a crise na ciência. Eu acho que o momento atual que a gente está vivendo, ele mostra um pouco isso. Dentro da nossa sociedade, as pessoas em determinado momento passaram a questionar “qual é o papel da ciência?” Parece que o conhecimento está disponível para todo mundo, nas redes virtuais. Mas, de fato, a gente sabe disso, vocês como sociólogos sabem, que a maioria das pessoas não tem conhecimento, que a gente tem um volume de informação muito grande, mas as pessoas não sabem o que fazer com essas informações. E essa coisa da ciência ficou meio que banalizada: “ah, isso é conversa para boi dormir”. Eu me lembro sempre de uma avaliação de uma aluna que fez, há uns dois anos atrás, na minha disciplina, naquelas avaliações que os alunos fazem. E a aluna escreveu assim: “ah, o professor dá muita leitura, são assuntos muito complexos, ele pensa muito dentro da caixa, essa história de ciência, não pensa fora da caixa”. Então, aquilo pra ela, aprofundar qualquer leitura ou qualquer discussão ou qualquer autor, era pensar dentro da caixa. E isso é uma coisa que é muito comum hoje. É um jargão comum pensar fora da caixa! Espera aí, o que é pensar fora da caixa? Então, se achou durante um determinado momento, e isso me parece um momento que a gente vive até agora, de que a ciência não dá muito resultado. Ela gasta muito tempo, dinheiro e o resultado é pequeno. Vivemos uma época de negacionismo científico. Parece que teve que vir uma pandemia para mostrar que a coisa não é bem assim. Que a gente tem que agir mais com razão, com ciência. Então, eu acho que tem uma crise das ciências que atingiu, em especial, as Ciências Sociais, também porque eu não consigo pensar, eu confesso a minha limitação de pensamento, porque eu não estou vendo como é que a coisa está lá fora, no resto do mundo. Mas, aqui no Brasil, me parece que isso é evidente, e lá fora há sinais de que isso acontece também, de que a política foi sendo criminalizada. E a ciência política é uma ciência social, e com isso as ciências sociais perderam espaços também. Porque a ciência política faz parte dela. Com a criminalização da política, a criminalização das ciências sociais. Me parece um pouco isso, entende? A ponto de vir um presidente e dizer “não, para vocês não vai ter mais dinheiro, vamos parar com esses cursos, vamos fechar esses cursos”. Então, parece que é isso que nós estamos vivendo. E aqui dentro do nosso modelo de universidade comunitária, onde nossa paróquia é menor, a nossa comunidade é menor, se tu vais para

dentro do Conselho (que, aliás, amanhã temos reunião do conselho superior da APESC), as pessoas pensam muito parecido com isto. Então, esse pensamento, ele tomou conta da nossa sociedade, e de parte dos professores da nossa universidade, né.

Entrevistadores:

Você se refere a fatores externos, relacionados aos preconceitos que existem em torno das ciências sociais. Mas, ao mesmo tempo, faz referência aos estudantes, ao modo como reclamam de abordagens, conteúdos que encontram nas ciências sociais. Nesse sentido, pode-se dizer que também é uma questão ligada ao modo como a própria universidade propõe a construção do conhecimento nas ciências sociais?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Eu acho que aqui na nossa universidade é aquela história: nós não vamos construir aqui uma pós-graduação em física quântica. Nós não temos quadros para isso, nós não temos gente para isso. Um curso clássico da Sociologia, nós teríamos que ter uma clientela que estaria disponível para isso; e também teríamos que ter um grupo de professores que estivessem trabalhando na pesquisa e na pós-graduação. Eu me lembro de um aluno que era um aluno inteligente, boa gente, e ele trabalhava num frigorífico. Ele tinha dificuldade grande para se manter, porque ele ganhava um salário mínimo. Tinha dificuldade para se manter como estudante. Quer dizer, quando ele olhava um curso teórico e extenso como era o nosso, onde e como que ele imaginava conseguir emprego, com aquilo? Ia demorar muito tempo e, no máximo, conseguir um concurso para ser professor do ensino médio. Então, isso me parece, quer dizer, um bacharelado em Ciências Sociais, sinceramente, ali para nós, era uma coisa meio fora do nosso tamanho, do nosso modelo, do nosso padrão de universidade do interior. É isso que eu me refiro.

Entrevistadores:

E podemos colocar essas questões a partir da presença das ciências sociais na formação acadêmica em outras áreas do conhecimento: engenharias, saúde. Temos dificuldades no pensar e no fazer essa aproximação, do conhecimento das ciências sociais com as expectativas e as necessidades de outras áreas.

Luiz Augusto Costa a Campis:

Eu dou aula nos cursos de engenharia, por exemplo. Sociologia do trabalho. Que agora vai acabar também. Mas a gente dava aula. E essas disciplinas, por exemplo, em vários momentos eu consegui boa interlocução com os alunos. Quer seja na engenharia, nas ciências contábeis. A gente consegue trazê-los para o debate. Claro que parte deles não está muito interessada. Mas alguns conseguiam perceber a importância das humanidades para a sua formação. E isto sempre foi uma coisa que me animou a dar aula nesses cursos. Era um desafio. Mas, por outro lado, conseguia formar um grupo ali que estava interessado. E, claro, historicamente, tinham aqueles que “bah, vou ter que cumprir essa cadeira aí porque ela tá no currículo”. Mas eu acho que a gente conseguiu dar algumas contribuições, por exemplo, nas áreas de engenharias, que eu estou falando. Mas no Direito, mais diretamente, que aí é área de humanas, também. Outras áreas que a gente trabalha porque foi o que nos restou. Trabalhar na formação auxiliar

de outros profissionais, que é esse o papel das Ciências Sociais aqui dentro da nossa universidade.

Entrevistadores:

Nessa direção, então, considerando que falta um pouco de tato de nós, cientistas sociais, em relação ao desenho do que seria o nosso lugar na universidade. Não que só isso, mas isso também contribuiu para esse momento que vivemos na UNISC, no qual a nossa expertise se diluiu num senso comum, que o nosso papel pode ser executado por qualquer um que domine o métier da ciência. No curto prazo, seguindo essa tendência, pode-se afirmar que pertencemos a uma última geração de cientistas sociais na Universidade? Ou não é o caso de ser tão pessimista assim?

Luiz Augusto Costa a Campis:

É. Eu acho que a gente tem grande chance de ser a última geração sim. E quero afirmar uma coisa aqui. Eu acho que a coisa só não é pior por conta da reitora Carmem. Ela é uma pessoa que tem visão humanística. E, mesmo assim, aquilo que eu falei anteriormente, o nosso papel vai ser de lutar para manter essas disciplinas da área das ciências e sociedade; e tentar, neste momento, se contrapor um pouco. Por isso que a gente tentou, em relação ao pessoal da educação, porque eles acreditam, de fato, que eles devem dar as disciplinas das ciências sociais. E eles, dentre todos os outros, quem sabe sejam os mais próximos dessas disciplinas, porque eles têm algumas disciplinas de sociologia, filosofia, no curso deles. Agora, eles têm um curso de graduação, eles têm pós-graduação. Eles têm um curso de pós-graduação *Strictu Sensu*, eles têm, portanto, muitas áreas aí para cumprir as suas horas. Mas, mesmo assim, eles avançaram. É o caso do Direito, que tirou as nossas disciplinas, o caso da Psicologia; esses cursos que são das ciências sociais aplicadas, eles acabaram avançando em cima das nossas disciplinas, porque é uma questão de corporação, aquilo que eu falava anteriormente, as pessoas tão olhando o seu umbigo. Se eu achar, amanhã ou depois, que eu vou ficar sem emprego, eu posso dar estatística lá na Matemática... “ah, eu tive esta disciplina na graduação, tenho qualificação pra isso”; quer dizer, é um pouco isso que virou dentro da universidade o debate. Virou uma questão de cada um buscar o seu espaço. No Direito, isso ficou muito claro; na Psicologia, isso ficou muito claro. Então, eu acredito, sim, que nós corremos o risco de não ter, daqui a pouco, Ciências Sociais. Porque as pessoas ali dentro, e eu volto a dizer, a Carmem ainda, dentro da reitoria, quem sabe, tem uma visão melhor, porque ela é da área das humanas, ela é da Pedagogia, tem direito, ela consegue ainda ver alguma coisa. Agora, eu acho que tem uma tendência de ficar pior. Acho que é uma tendência. Eu tive longamente conversando com a Giana e com o Rudimar, que são pessoas da educação, lá no início do processo, dizendo para eles: “não abram mão de professores que dominam o conteúdo, conteúdo é importante”. O Pessoal da educação tende a achar que conteúdo é só um detalhe. Que conhecimento se constrói principalmente com metodologia. E tá resolvido o problema. Tu tens um método de resolução de problemas, e aí resolve, constrói qualquer conhecimento, descartando toda uma trajetória que as pessoas têm de apropriação de conhecimento. Quando a gente leu muito os clássicos, a gente aprofundou, buscou conhecer profundamente a visão de diferentes autores, a gente fez muita leitura e reflexão para saber como se construiu o pensamento científico nas ciências sociais, isto não tem importância? Bom, então nós vamos trabalhar com os autores que estão aí, partindo do pressuposto de que eles descobriram a roda e como é que funciona o universo. Quando, na verdade, eles estão aqui a partir de toda uma trajetória feita por pensadores que nós estudamos nas ciências sociais, e que outras pessoas

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<25-55>, Ago./Set. 2021

não estudaram. Isso não tem importância? Claro que tem! Porque, como é que eu vou discutir desigualdade, que é o tema que nós estamos discutindo agora, sem ter uma visão da sociedade dividida em classes? E as pessoas vão dizer que “não, isso é uma bobagem”, porque o conceito de classe, para eles, é classe A, B, C, D e E. Quer dizer, é um pouco isso que nós estamos vivenciando dentro da nossa universidade. As pessoas com dificuldade de entender que existe um conhecimento pra além do que elas estudaram.

Entrevistadores:

Em sua avaliação, então, nós estamos diante de um processo no qual a chamada “transdisciplinariedade” vai atingir frontalmente as Ciências Sociais, desqualificando o seu espaço na formação universitária?

Luiz Augusto Costa a Campis:

É isso mesmo. Já atingiu, a partir do momento em que as disciplinas de Sociologia, de Filosofia deixaram de existir dentro da universidade, já atingiu a gente imaginar que essas disciplinas não são importantes, quer dizer, eu volto a dizer, que os departamentos e os cursos estejam preocupados em dar emprego para os seus professores, eu até entendo. Agora, quando a universidade como um todo aceita que isso seja feito, como foi feito agora, acho que isso já tá acontecendo.

Entrevistadores:

Mas, no seu entendimento esse é um processo irreversível? Ou, ao contrário, as contradições das próprias propostas vão, logo ali, colocar em questão esse projeto, criando condições para que a comunidade universitária repense suas decisões?

Luiz Augusto Costa a Campis:

Eu não vejo nesse momento um campo pra nós retomarmos, porque me parece a curto prazo, nós vamos continuar ainda com essa visão de criminalização da política, das ciências sociais. Eu não vejo, a curto prazo, como a gente retomar isso, não. Acho que, com raríssimas exceções, se nós perguntarmos dentro da nossa comunidade, entre os nossos alunos mesmo, a maioria vai ver, dizer que, de fato, nós temos que pensar cursos mais contemporâneos, quem sabe videomaker, coisas desse tipo né. A aluna, aquela que falava de pensar dentro da caixa, ela era coaching e estava estreando, como influenciadora digital. Então, para ela, aquilo de pensar a partir de autores clássicos era muito complicado. Sem utilidade. Então, eu acredito que a nossa clientela aqui, boa parte dela, está esperando pessoas que pensem “fora da caixa” e que tenham capacidade de construir discursos novos, assim, que não tenham a ver com a questão da ciência, mas com essa questão desse discurso de influenciador digital mesmo. Eu acho que muitas pessoas estão procurando mais isso hoje. E isso tem legitimidade, tem encontrado respaldo aí. Dentro da própria universidade.

Por falar nisso, vocês viram aquela enquete que foi feita, eu acho que a pró-reitoria e coordenação de cursos, sobre o nosso desempenho, como professores à distância? Vocês viram o questionário? Pois é. São 15 questões. Eu vi esse questionário na disciplina que eu dou no curso de Comunicação. E lá, basicamente, o questionário é voltado pra avaliar o desempenho do professor à distância. Então, imagina assim. Eu estou dando aula no curso de

Comunicação Social. Em tese, as pessoas na comunicação, elas estão muito mais acostumadas em produzir vídeos, em trabalhar a parte digital, comunicação virtual, etc. É natural que um estudante, ao avaliar um professor, ele vai comparar um com o outro.

Entrevistadores:

O título do questionário é enganoso, diante do que vem depois. Porque, quando se lê a introdução dele é o seguinte: é a percepção que os alunos têm desse momento no qual, em função da Pandemia, as aulas estão ocorrendo na modalidade não presencial. No entanto, a primeira questão que entra nesse campo é a décima. Da primeira até a nona são questões de avaliação do desempenho do professor. Assim, quando chega no objeto do questionário, as questões anteriores já enviesaram. Então, além de tudo, o questionário foi mal elaborado, pelo menos no que diz respeito ao conteúdo que seu título indica.

Luiz Augusto Costa a Campis:

Esse questionário avalia como o professor desempenha na frente da câmera. E por isso eu estou muito preocupado. Estou tentando fazer o máximo possível. É importante ter claro que nós não fomos preparados para esse momento. Se tivermos um ou dois semestres de vivência nesta metodologia penso que estaríamos mais capacitados. Eu penso que ninguém estava completamente preparado para enfrentar um semestre à distância. Eu tenho duas ou três estratégias que posso usar e me coloco diante do desafio de construir variações. E eu tenho que me apropriar dessas variações agora. Então é muito difícil. Mas eu espero que esse sentimento que a gente está expressando aqui seja um sentimento compartilhado por outros colegas. E que a gente possa, dessa maneira, sensibilizar as pessoas para isso. E é preciso refletir sobre todo esse processo que estamos vivendo.

Entrevistadores:

Professor Luiz Augusto, muito obrigado pela sua disponibilidade e por suas reflexões. Temos a certeza de que suas reflexões têm e terão sempre importância na compreensão das experiências de Universidades Comunitárias. Mas, também, é claro, na discussão acerca do tema principal e que motivou essa entrevista: o lugar das ciências humanas na formação universitária, em especial aquela que se realiza nas Universidades Comunitárias.

LUIZ AUGUSTO COSTA A CAMPIS é Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1994). Atualmente é professor da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), no Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural e Gestão Universitária. Atuando principalmente nos seguintes temas: Articulação Agroindústria, Produção Familiar, Ensino Superior, Gestão Universitária e Gestão Pública. Atuou por um longo período na gestão superior da UNISC, tendo sido Pró-Reitor e Reitor da Universidade, cargo esse último que exerceu por duas gestões, entre os anos de 1998 e 2001 e 2002 e 205.

César Hamilton Brito de Goes é graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Professor e Pesquisador na UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), onde atua no Departamento de Humanidades, Ciências e Educação.

Marco André Cadoná é graduado em Filosofia, Mestre em Sociologia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Doutor em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina). Professor e Pesquisador na UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), onde atua no Departamento de Humanidades, Ciências e Educação e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.